



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACI

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Parecer no **PEDIDO DE URGÊNCIA** do PL nº 26/2023

A **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL** DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARACI/BA, através dos membros, apresenta decisão relacionada ao **PEDIDO DE URGÊNCIA** proposto pelo **PODER EXECUTIVO** na tramitação do Projeto de Lei nº 26/2023 de autoria do PODER EXECUTIVO que "autoriza o Poder Executivo, no limite da disponibilidade e ingresso dos recursos provenientes do Ministério da Saúde ao pagamento da complementação do piso nacional da Enfermagem, do Técnico de Enfermagem e do Auxiliar de Enfermagem estatutário, temporário ou ocupante de cargo de livre nomeação proporcional a carga horária, de acordo com o que dispõe a Lei Federal nº 14.434, de 4 de agosto de 2022 e decisão do STF - Supremo Tribunal Federal/ADI 7222 e Portaria do MS nº. 1.135/2023 e dá outras providências", a partir das razões abaixo.

1. RELATÓRIO

O pedido de tramitação em regime de urgência do projeto de lei nº 26/2023 foi incluído na Mensagem do já citado projeto e encaminhado à COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL através do OFÍCIO Nº 55/2023/DIR-LEGISLATIVA.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O Regimento Interno da Câmara Municipal de Araci traz as seguintes disposições a respeito da tramitação em regime de urgência:

Art. 156 – O Regime de Urgência e de Extrema Urgência dispensa as exigências regimentais, salvo a de número legal e a de parecer, para que determinada proposição seja apreciada.

§ 1º A concessão do Regime de Urgência dependerá de apresentação de requerimento escrito, que somente será submetido à apreciação do Plenário se for apresentado com a necessária justificativa e nos seguintes casos:

I - pela Mesa, em proposição de sua autoria;



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACI

II - por Comissão, em assunto de sua especialidade;

III - por 1/3 (um terço) dos Vereadores;

IV - pelo Líder de Governo a projeto do Executivo Municipal;

V - por Vereador, uma única vez por semestre, a projeto de sua autoria.

§ 2º Quando se tratar de projeto em que tenha sido reconhecido de Extrema Urgência, satisfeitas as exigências constantes o projeto estará apto a ser discutido e votado na Ordem do Dia da mesma sessão, ordinária ou extraordinária.

Fundamenta-se a matéria em apreço no art. 30, inciso I da Constituição Federal que reproduzimos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local; *(destaque nosso)*

Quando nos debruçamos sobre a legislação local vê-se que o município é competente para legislar a respeito **do assunto**; ademais **a Câmara Municipal pode manifestar-se sobre este tema** porque a Lei Orgânica Municipal assim a orienta a fazer. Colacionamos abaixo o artigo 11-B da LOM que reza:

Art. 11-B – Compete ao Município:

II - Prover a tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

b) Legislar sobre os assuntos locais;

(...)

Art. 33 - São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que:



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACI

IV – fixem ou aumentam os vencimentos dos servidores públicos do Município; (destaque nosso)

Dessa forma, temos que a competência legislativa para regular a matéria encontra-se em poder do município e que o Poder Executivo (o único legitimado para tratar deste tema) age corretamente ao enviar a matéria para apreciação dos vereadores.

Destaca-se neste parecer que a Lei Orgânica tem disposição tratando deste assunto no que toca à remuneração dos servidores. Colacionamos abaixo o artigo 87 da LOM:

Art. 52 – É função do Município prestar um serviço público eficiente e eficaz, com servidores justamente remunerados, qualificados e profissionalmente valorizados.

Desta forma temos que este projeto visa regulamentar dispositivo da Lei Orgânica que pretende dar remuneração justa a estes profissionais.

Oportuno é o momento de se estabelecer que esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final deve se manifestar a respeito do projeto haja vista que esse é o mandamento do Regimento Interno como se vê:

Art. 39 - Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

I – analisar e emitir parecer relativamente aos aspectos constitucionais, legais, jurídicos e de técnica Legislativa de **todas as proposições**, salvo as exceções previstas no Regimento Interno desta Casa Legislativa, e elaborar a sua Redação Final; *(destaque nosso)*

3. ANÁLISE

Verifica-se, portanto, que no tocante a iniciativa o projeto pode vir do Poder Executivo visto que este tem competência para porpor alterações sobre o tema. Entende-se que o processo legislativo compreende não apenas a produção de novas normas legislativas, mas também a correção e a alteração de tantos outros diplomas já existentes; neste sentido o projeto ora em análise mostra-se correto quando vem no sentido de regulamentar localmente uma determinação de lei federal.

Superado este ponto, cumpre-nos destacar que o papel da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final é analisar aspectos técnicos das propostas enviadas à Câmara, bem como sua adequação ao ordenamento jurídico vigente; essa análise de adequação passa minimamente pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica e pelo Regimento Interno da Câmara Municipal de Araci. Não é competência desta Comissão



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACI

imiscuir-se no mérito das propositoras, emitindo esse ou aquele juízo de valor – ressaltamos que se deve verificar apenas aspectos técnicos. Por fim, registre-se que o projeto tem boa técnica legislativa e atende as disposições regimentais desta Casa de Leis.

4. VOTO

Diante do exposto acima, **opino pela aprovação do** Projeto de Lei nº 26/2023 de autoria do PODER EXECUTIVO que "autoriza o Poder Executivo, no limite da disponibilidade e ingresso dos recursos provenientes do Ministério da Saúde ao pagamento da complementação do piso nacional da Enfermagem, do Técnico de Enfermagem e do Auxiliar de Enfermagem estatutário, temporário ou ocupante de cargo de livre nomeação proporcional a carga horária, de acordo com o que dispõe a Lei Federal nº 14.434, de 4 de agosto de 2022 e decisão do STF - Supremo Tribunal Federal/ADI 7222 e Portaria do MS nº. 1.135/2023 e dá outras providências".

Em conclusão dos trabalhos, esse é o pronunciamento que deve submetido à consideração dos nobres pares. Sala das Comissões, Câmara Municipal de Araci. Araci/BA, 11 de setembro de 2023.

Luizmar Matos de Sousa – Relator



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACI

RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR

Parecer nº 59/2023 ao Projeto de Lei nº 26/2023

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final opinou com o placar unânime pela aprovação e posterior prosseguimento do Projeto de Lei nº 26/2023 de autoria do PODER EXECUTIVO que "autoriza o Poder Executivo, no limite da disponibilidade e ingresso dos recursos provenientes do Ministério da Saúde ao pagamento da complementação do piso nacional da Enfermagem, do Técnico de Enfermagem e do Auxiliar de Enfermagem estatutário, temporário ou ocupante de cargo de livre nomeação proporcional a carga horária, de acordo com o que dispõe a Lei Federal nº 14.434, de 4 de agosto de 2022 e decisão do STF - Supremo Tribunal Federal/ADI 7222 e Portaria do MS nº. 1.135/2023 e dá outras providências".

Sala de Comissões, Câmara Municipal de Araci, 11 de setembro de 2023.

Virgílio Carvalho Santos
Presidente

Jamile Magalhães da Costa
3º Membro